



Mulheres

nas
eleições
2010

José Eustáquio Diniz Alves
Céli Regina Jardim Pinto
Fátima Jordão
Organizadores

As mulheres na disputa para o Senado no processo eleitoral de 2010

Sonia Wright*
Eulália Lima Azevedo**
Joselita Santana***

No presente estudo, são apresentados dados referentes à eleição de senadoras e senadores em 2010 numa perspectiva de gênero, bem como algumas considerações sobre os resultados observados, com ênfase para o exame dos *blogs/sites* de candidatas com reais chances de vitória e candidatos nessa mesma situação nos Estados dessas postulantes.

Inicialmente, situa-se essa disputa eleitoral num contexto mais amplo, em que os partidos têm a maior relevância,¹ assim como seu posicionamento em relação ao governo da presidenta Dilma Rousseff. Institucionalmente, os partidos são os responsáveis pelo apoio ou não a candidaturas femininas, influenciando decisivamente na efetiva eleição de mulheres para a Câmara Alta brasileira.

* Profa. Dra. da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim/UFBA) e pesquisadora associada do Consórcio Bertha Lutz.

** Profa. Dra. da Pós-Graduação Lato Senso e pesquisadora associada do Neim/UFBA. Pesquisadora voluntária do Consórcio Bertha Lutz.

*** Bolsista do Consórcio Bertha Lutz e aluna do Bacharelado em Gênero e Diversidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Sobre a importância dos partidos e coligações na determinação de candidaturas e sucesso na disputa eleitoral, ver Santos (1999) e Araújo (2001).

Comparam-se, ainda, os resultados de 2010 com os de 2006, considerando-se o capital político² acumulado por candidatas e candidatos, como a reeleição e o exercício de mandatos em outras instâncias dos Poderes Legislativo e Executivo.

Outro aspecto ressaltado é o impacto da Lei Ficha Limpa³ nas candidaturas e eleição de parlamentares ao Senado, principalmente no que se refere à repercussão da não aplicação da Lei em mandatos de mulheres votadas para essa instância legislativa.

Por fim, analisam-se os *blogs* e *sites* de candidatas e candidatos com possibilidade de vitória em 12 Estados. Estas informações permitem verificar a utilização desse novo instrumento de propaganda eleitoral por parte de concorrentes à mais alta instância do Legislativo, numa perspectiva de gênero, além de possibilitarem uma melhor compreensão a respeito do capital político dessas candidaturas, traçando-se comparações de gênero quanto à sua construção e acúmulo.

O contexto mais amplo

Em 2010, foram disputadas 54 vagas para o Senado, duas para cada um dos 27 Estados brasileiros. De um total de 223 (TSE, 2011) candida-

² Utiliza-se aqui a concepção de capital político de Bourdieu (1996), usado também por Miguel (2003). Bourdieu conceitua o capital político como uma diferenciação fruto da desigualdade na distribuição dos poderes, o que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos (residências, veículos, hospitais, escolas), ou seja, a patrimonialização de recursos coletivos. O capital político é adquirido nos aparelhos sindicais e partidários, entre outros, e transmitido por meio de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas, privilégios e estilos de vida.

Já para Miguel, o capital político implica o reconhecimento da legitimidade daqueles indivíduos e grupos para agir na política, baseando-se em porções de capital cultural (treinamentos para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe de ócio suficiente para a prática política). O autor afirma que o capital político permite que alguns indivíduos e grupos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos, capazes de agir politicamente. Portanto, em sua visão, capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética, em que, de um lado, para avançar na carreira, necessita-se de capital político e, de outro, a ocupação dos mais elevados cargos amplia esse mesmo capital. O autor assinala ainda o caráter de competição permanente no campo político, que se estrutura de forma hierárquica e piramidal, estando os eleitores em sua base e os líderes no topo, em menor número, o que gera a disputa.

³ A Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, é o resultado de uma mobilização da sociedade civil, por meio de uma iniciativa popular sobre a vida pregressa de candidatas e candidatos, com o objetivo de tornar mais rígidos os critérios de inelegibilidades. Foram coletadas mais de 1,3 milhão de assinaturas em favor da nova Lei, o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros. Ela foi sancionada em 4 de junho de 2010. Em março de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu por sua não aplicação nas eleições de 2010, o que permitirá então a posse de políticos barrados pela nova Lei, como é o caso do candidato a senador do Amazonas, Jader Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

turas, apenas 29⁴ foram de mulheres, ou seja, pouco mais de um décimo (13,0%) do conjunto de postulantes. Ressalte-se que oito Estados, com maior concentração no Norte e Centro-Oeste (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins) não tiveram nenhuma candidata ao Senado. Um dos fatores disso, talvez o primordial, é a falta de mecanismos institucionais, dos e para os **partidos**, que garantam a participação feminina, na forma de candidaturas ao Senado.

Observa-se, por exemplo, que o PMDB, partido que mais elegeu senadores (16), não apresentou nenhuma mulher como candidata a esse cargo. A literatura (ARAÚJO, 2005; ALVAREZ, 2008)⁵ indica que são os partidos maiores, com “caciques” consolidados, os mais avessos ao recrutamento de mulheres para a disputa de cargos, principalmente os mais altos, geralmente ocupados por eles mesmos.

Outro partido considerado grande, o PSDB, lançou quatro candidatas ao Senado, de um total de 17, ou seja, cerca de um quarto das postulações era de mulheres. Dos homens, o partido elegeu quatro e, das mulheres, apenas Lúcia Vânia, de Goiás (GO), que está sendo processada pelo Superior Tribunal Federal (STF) por crime contra a administração pública.⁶ Proporcionalmente, ela representa um quinto do total.

No entanto, o tamanho do partido não é o único fator quando se avaliam as oportunidades de representação das mulheres. A ideologia partidária é outro fator a se considerar. Enquanto o PSDB é classificado

⁴ Esses dados e os que serão apresentados a seguir foram coletados do TSE, em 1/10/2010, e organizados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). No entanto, segundo o TSE, em 23/02/2011, no DF, Rosana Chaib, do PCB, teve seu registro negado antes das eleições; no PI, com Marineide Albuquerque, do PSOL, aconteceu o mesmo; e, em SC, Joaquina, do PSTU, aparece no site do TSE como não apta, pois sua candidatura foi indeferida, mas está com recurso.

⁵ Araújo (2005, p. 198-199) observa as seguintes variações quanto à magnitude dos partidos no recrutamento feminino: os de médio porte tendem a eleger mais candidatas, e os muito grandes ou muito pequenos tendem a eleger menos. A autora também verifica que os partidos pequenos tendem a apresentar elevado percentual de candidatas, cuja elegibilidade é muito pequena.

Alvarez (2008), por sua vez, argumenta que o processo de indicação, votação e homologação das candidaturas pelos membros dos diretórios, núcleos ou setoriais dos partidos brasileiros possui regras institucionalizadas que, formalmente, não excluem as mulheres. Mas, legal ou estatutariamente, não há um impedimento à entrada das mulheres na arena eleitoral. No entanto, informalmente, os procedimentos de indicação são frouxos, prevalecendo “a composição da lista nominal como arranjo dos dirigentes partidários sem que haja uma consulta direta aos/as filiados/as” e a “entrega de uma única relação de competidores para aprovação pela assembléia”. A autora observa ainda que sem capital político familiar ou ativismo sindical, a maioria das mulheres deixa de oferecer seu nome como candidata ou ser selecionada como tal. Sua inserção ocorre por meio de serviços de panfletagem ou organização de eleitores em tempo eleitoral. Por outro lado, ela reconhece que os partidos têm demonstrado interesse em agregar mulheres, como pode ser observado pela existência de instâncias de mulheres, uma das fontes de recrutamento de candidatas.

⁶ O inquérito n. 2.099 encontrava-se, em 11/01/2011, com vistas para a Procuradoria Geral da República (STF, 2001).

ideologicamente como de centro (AMES, 2003),⁷ o PT, igualmente considerado um partido grande e de esquerda, respaldou a candidatura ao Senado de cinco mulheres e 17 homens, uma proporção de mulheres equivalente a um quarto das candidaturas. Quanto aos resultados, o PT elegeu oito senadores (Jorge Viana, do Acre, Walter Pinheiro, da Bahia, José Pimentel, do Ceará, Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul, Humberto Costa, de Pernambuco, Wellington Dias, do Piauí, Lindberg Farias, do Rio de Janeiro, e Paulo Paim, do Rio Grande do Sul) e três senadoras (Gleisi, do Paraná, Ângela Portela, de Roraima, e Marta Suplicy, de São Paulo). Ou seja, as mulheres petistas eleitas para o Senado aproximam-se da porcentagem estabelecida como cota mínima para os sexos, prevista na Lei Eleitoral para os cargos legislativos proporcionais.⁸ Esse resultado é fruto de um comprometimento histórico e ideológico do PT com essa bandeira.⁹ Registre-se ainda que a Secretaria de Mulheres desse partido faz parte da direção executiva do mesmo – com direito a voz, mas sem direito a voto (PT, 2011) –, garantindo-se assim um espaço para debate sobre a temática da participação e representação feminina na mais alta instância partidária. Verifica-se, portanto, um melhor desempenho eleitoral das mulheres candidatas desse partido de esquerda, ao compará-lo com o PSDB, de centro.

Essa influência ideológica na eleição de mulheres pode também ser observada no Partido Socialista Brasileiro (PSB), uma agremiação política de esquerda, cuja representação no cenário nacional cresceu nessas últimas eleições. Esse partido foi o que proporcionalmente apresentou mais mulheres candidatas ao Senado (duas num universo de sete) e elegeu uma, numa bancada senatorial de três parlamentares, ou seja, um terço de sua representação é feminina, um pouco acima da cota legal.

Ainda representando partidos de esquerda, o PCdoB lançou a candidatura de duas mulheres e sete homens. Desse total de nove postulantes, elegeu-se uma mulher, Vanessa Grazziotin, do Amazonas (AM), a única representante do partido eleita para o Senado. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que disputou vagas para o Senado com oito mulheres e 24 homens, elegeu, sem utilizar coligações, Marinor Brito, no Pará, que

⁷ Para esse autor, a direita é constituída por Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Progressista (PP); o centro pelo PMDB e PSDB; e esquerda pelo PT, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁸ Ela não é uma exigência legal para o cargo majoritário do Legislativo, nem do Executivo, mas tem servido de parâmetro para a constituição de Secretarias e Ministérios governamentais.

⁹ Foi Marta Suplicy (PT/SP) a autora do projeto que deu origem à primeira Lei de Cotas em 1995.

representa metade da bancada desse partido na Câmara Alta.¹⁰ A literatura sobre o assunto¹¹ afirma que esse aspecto ideológico é um fator determinante na eleição. Registre-se a ausência de Heloísa Helena, de Alagoas, entre as postulantes que se elegeram pelo PSOL, não conseguindo voltar ao Senado, após ter sido candidata do partido à Presidência da República em 2006. Ela ficou na terceira colocação em termos de votos, com 417.636 sufrágios, 16,6% do total de votos do seu Estado.

O PP, considerado um partido de direita por Ames (2003), apresentou dez candidaturas ao Senado, sendo duas de mulheres. Desse total, foram eleitos três senadores e uma senadora, Ana Amélia, do RS. Proporcionalmente, em vista do pequeno número de candidatas (um quinto do total), seu desempenho eleitoral aproximou-se do número de eleitas do PSDB.

Comparando os resultados de 2010 com os de 2006 e eleições anteriores

Em 2006, quando a renovação do Senado foi de um terço, isto é, apenas uma vaga por Estado, das/os 202 candidatas/os ao cargo, 32 eram mulheres (15,8%) (TSE, 2011). Já nas eleições de 2010, foram disputadas 54 vagas para o Senado, duas para cada um dos 27 Estados brasileiros, e, embora não tenha havido aumento significativo de candidaturas (223), as mulheres estavam presentes em menor número (29, ou 13% do total), havendo assim um decréscimo da participação feminina para esse cargo na disputa eleitoral, em comparação a 2006. Veja no Anexo B a composição atual do Senado.

Em eleições anteriores, verificaram-se pequenas oscilações. Em 2002, foram 38 candidatas, 11,9% do total, contra 319 candidaturas masculinas, o maior número das últimas eleições. Em 1998, 23 mulheres disputaram vagas senatoriais e, embora em menor número em relação a 2002, a participação feminina foi maior (14,0%), pois o número de homens concorrentes (164) foi significativamente menor. O grande salto foi de 1994 para 1998, quando aumentaram significativamente as candidaturas de mulheres ao Senado, pois em 1994 apenas 17 (7,3%) dos postulantes eram mulheres e os homens somavam 232 concorrentes às duas vagas senatoriais por Estado, como ilustra a Tabela 1.

¹⁰ Em 24 de abril de 2011, ela ainda ocupava o cargo, e não Jader Barbalho, inicialmente barrado pela Lei da Ficha Limpa. O processo de perda de mandato é longo e só se encerra com a publicação do acórdão pelo STF.

¹¹ Ver Santos (1999) e Alvares (2008).

Tabela 1
Candidaturas ao Senado, por sexo
Brasil – 1994-2010

Anos	Mulheres		Homens		Total	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
1994	17	7,3	215	92,7	232	100,0
1998	23	12,3	141	87,7	164	100,0
2002	38	10,6	281	89,4	319/	100,0
2006	32	15,8	170	84,2	202	100,0
2010	29	13,0	194	87,0	223	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral –TSE.

Nota-se que quando a renovação do Senado é de um terço, o desempenho das mulheres como candidatas é melhor do que em 1994, 2002 e 2010, com renovação de dois terços, embora as candidaturas femininas tenham crescido nesses períodos eleitorais (7,3%, 10,6% e 11,7%). Esses dados podem significar que nas eleições para um terço do Senado há maior concentração nos cargos majoritários, enquanto naquelas para dois terços existe concorrência interna com outra candidatura, o que dificulta a eleição feminina.

O aumento significativo da participação feminina entre 1994 e 1998 pode ser compreendido como o “efeito contágio” da adoção da Lei de Cotas para as candidaturas proporcionais. Já no período de 2002 a 2010, houve um fortalecimento dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, inclusive os de mulheres e feministas, que contribuíram para a eleição do primeiro presidente da República do PT e de seus mandatos subsequentes. Este partido e outros de esquerda tendem a lançar maior número de candidaturas femininas. Ressalta-se, no entanto, que a candidatura de duas mulheres à Presidência não influenciou num maior número de candidatas ao cargo mais alto do Legislativo.

Analisando a concorrência eleitoral para o Senado, segundo os Estados, verifica-se que historicamente o Rio de Janeiro é o Estado com mais candidatas à Câmara Alta do país (12) a partir de 1994, seguido pelo Pará, com oito mulheres postulantes, começando em 1998, Rio Grande do Sul, com sete candidatas desde 1994, e Paraná, com seis concorrentes mulheres. Ressalta-se que as regiões Sul, Sudeste e Norte possuem o melhor desempenho quanto ao lançamento de mulheres concorrentes ao Senado, nesse espaço de tempo.

Amapá e Goiás apresentaram cinco candidatas no período de 1994 a 2006, mesmo número registrado em São Paulo e Mato Grosso, sendo que não houve nenhuma candidatura feminina em 1998, no primeiro Estado, e em 1994 e 1998, no segundo. Acre, Minas Gerais e Roraima tiveram pelo menos uma candidata desde 1994, enquanto Pernambuco e Rio Grande do Norte lançaram quatro concorrentes mulheres a partir de 1998. Os Estados com menos candidaturas femininas nesse período foram: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Sergipe (três); Alagoas, Piauí e Tocantins (duas); e Bahia, Distrito Federal e Espírito Santo (uma). Ou seja, concentram-se no Nordeste e Centro-Oeste os Estados que menos têm favorecido a participação de mulheres na disputa por esse cargo majoritário. Confirmando a literatura a respeito, nota-se que, quanto maior o número de candidatas, maiores são as chances de vitória.

Quanto aos partidos, o PMDB, que em 2010 não candidatou nenhuma mulher, havia lançado uma mulher em 2006, entre os seus 12 concorrentes. Houve, portanto, um recuo com relação à participação feminina na disputa do mais alto cargo do Legislativo por parte desse grande partido de centro. Dos 21 candidatos ao Senado lançados em 2010 pelo PMDB, 16 foram eleitos, contra quatro em 2006, das 12 candidaturas já citadas, que continuam com mandato até 2015, totalizando, assim, uma bancada de 19 senadores, já que o senador Garibaldi Alves Filho licenciou-se para assumir o Ministério da Previdência Social, assumindo então a sua vaga Paulo Davim, do PV.

Percebe-se que o PMDB aprimorou seu resultado eleitoral, conseguindo eleger proporcionalmente o dobro de postulantes, mas recuou no que se refere à participação feminina no processo eleitoral no âmbito do Senado.

Por sua vez o PT, que lançou duas mulheres e oito homens em 2006, não conseguiu eleger nenhuma das candidatas e apenas dois concorrentes do sexo masculino naquela eleição. Já em 2010, esse partido mais que dobrou o número de candidaturas ao Senado (22) e de mulheres postulantes (cinco). Três delas foram eleitas e oito homens, totalizando 11 parlamentares, um resultado expressivamente melhor do que o alcançado em 2006 para essa instância legislativa. Ana Rita Esgário (PT-ES), suplente do governador capixaba Renato Casagrande, do PSB, fará parte da bancada feminina no Senado, juntamente com outras três, cujos mandatos estendem-se até 2015. A bancada do PT no Senado passou de dez para 15 senadoras e senadores.

Em 2010, o PSDB elegeu uma senadora e quatro senadores e continuaram cinco até 2015, contra 14 eleitos em 2006, o que significa um grande decréscimo nesse período.

Da mesma forma o DEM, que em 2006 era o Partido da Frente Liberal (PFL), com seis senadores, em 2010 elegeu apenas dois (José Agripino, RN, e Demóstenes Torres, GO, ambos reeleitos), uma imensa redução na bancada, três vezes menor. Dos atuais parlamentares, três têm mandato até 2015, sendo duas mulheres – Katia Abreu (TO) e Maria do Carmo Alves (SE) – e Jayme Campos (MT). Rosalba Ciarlini (RN), eleita governadora, foi substituída por Garibaldi Alves, do PMDB, que é pai do senador Garibaldi Alves Filho.

Candidaturas e pessoas eleitas para o Senado em 2010

Nas eleições de 2010, houve uma mudança com relação aos Estados que mais lançavam candidaturas femininas ao Senado. O Rio Grande do Sul destacou-se por apresentar quatro mulheres para a disputa, sendo que o Rio de Janeiro, até então com o maior número de concorrentes do sexo feminino, não teve nenhuma postulante mulher. Sete Estados registraram duas candidatas (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Roraima e São Paulo) e 11 lançaram apenas uma candidatura feminina (Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe). Por fim, oito Estados não tiveram nenhuma postulante mulher (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins). Observa-se, portanto, que em 2010 confirmou-se o fraco desempenho de Estados situados no Norte, Centro-Oeste e Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1
Distribuição dos Estados, segundo número de candidaturas femininas ao Senado
Brasil – 2010

Candidaturas femininas	Estados
Sem candidata	AC, AP, MS, MT, PB, PI, RJ, TO
Uma candidata	AL, DF, ES, GO , MG, PA , PR , RN, RO, SC, SE
Duas candidatas	AM , BA , CE, MA, PE, RR , SP
Quatro candidatas	RS

Fonte: Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea.

Nota: Estados em negrito correspondem àqueles com candidatas eleitas.

Entre as/os 54 senadoras/es eleitas/os, a maioria pertence a partidos que integram a base de apoio ao governo federal e a minoria integra a

oposição, sendo que um dos partidos faz oposição pela esquerda, que é o caso do PSOL, da senadora Marinor Brito, do PA. A base aliada no Senado que apoia o governo federal atualmente é constituída de muitos partidos, sendo os principais o PT e o PMDB. Com as/os eleitas/os em 2010, a base aliada foi ampliada. Portanto, o novo Senado revela-se favorável a Dilma Rousseff. O PT de Dilma e o PMDB de Michel Temer, seu vice, foram os grandes vencedores na votação para o Senado. As duas siglas conquistaram praticamente metade das 54 vagas em disputa.

Enquanto o PT e o PMDB cresceram no Senado, o PSDB e o DEM reduziram-se. A bancada pedetista também diminuiu de seis para quatro e a petebista passou de sete para seis. A bancada do PSB ficou com o mesmo tamanho, hoje de três senadoras/es, enquanto o PCdoB também ganhou uma segunda cadeira, com Vanessa Grazziotin (AM). Destaca-se, por fim, a eleição de Marinor Brito (PSOL-PA), que, mesmo sem coligação, alcançou a segunda colocação e a vaga por conta do processo que corre contra Jader Barbalho no Supremo Tribunal Federal (STF). Essa parlamentar constitui, com Randolfe Rodrigues, do Amapá, a bancada do partido no Senado.

Das oito senadoras eleitas, seis pertencem à base do governo, sendo que as duas de oposição diferenciam-se por seu posicionamento ideológico – uma mais à direita (Ana Amélia, do PP-RS) e outra mais à esquerda do governo (Marinor, do PSOL-AM). As eleitas têm em comum o fato de apresentarem alta escolaridade (superior completo), exercendo profissões como farmacêutica, professora, economista, jornalista, advogada, psicóloga e psicanalista.

Novas/os representantes e senadoras/es reeleitas/os

A oposição, constituída principalmente pelo PSDB e o DEM, elegeu apenas sete senadoras/es, 16% das/os novas/os senadoras/es em 2010. Entre os senadores derrotados, figuram políticos que pareciam imbatíveis nas urnas até recentemente, como Arthur Virgílio (PSDB-AM), líder do partido na Casa por sete anos, o ex-presidente do PSDB Tasso Jereissati (PSDB-CE), o primeiro-secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), seu antecessor no cargo, Efraim Moraes (DEM-PB), e o ex-vice-presidente da República Marco Maciel (DEM-PE). O PSDB e o DEM, principais partidos hoje na oposição, só elegeram sete parlamentares para o Senado.

Um aspecto a ser assinalado é que, das 54 vagas em disputa, pelo menos 16 foram ocupadas por senadores reeleitos, entre eles o ex-presidente

do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Outros quatro renunciaram ao Senado porque se elegeram para o governo do Estado: Rosalba Ciarlini (DEM), no Rio Grande do Norte; Renato Casagrande (PSB), no Espírito Santo; Raimundo Colombo (DEM), em Santa Catarina; e Tião Viana (PT), no Acre.

Tentaram a reeleição 30 senadoras/es, sendo que 16 foram reeleitas/os. Esse número é superior aos nove reeleitos de 1994 e aos 14 de 2002, as duas últimas eleições em que o Senado renovou dois terços de suas bancadas.

Entre os reeleitos, há apenas uma mulher – Lúcia Vânia (PSDB-GO). Uma senadora perdeu a disputa para a Presidência, Marina Silva (PV-AC), e outra foi eleita deputada estadual, Patricia Saboya (PDT-CE). Entre as/os senadoras/es que não conseguiram se reeleger está Fátima Cleide (PT-RO), cerca de um décimo do total. Entre as/os oito senadoras/es que perderam a eleição para governador(a), encontra-se Ideli Salvatti (PT-SC), ou seja, um pouco mais de um décimo é do sexo feminino. Quatro senadoras/es não conseguiram se eleger deputadas/os federais, como é o caso de Serys Slhessarenko (PT-MT), um quarto do total. Das/os senadoras/es eleitas/os, 14 são ex-prefeitas/os, como Lídice da Mata (PSB-BA) e Marta Suplicy (PT-SP).

Entre as candidaturas ao Senado que foram indeferidas pela Justiça com base na Lei da Ficha Limpa, destacam-se a de Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), cujo registro foi aprovado pelo TRE-DF, mas negado pelo TSE,¹² e a de Jader Barbalho (PMDB-PA), que teve o registro liberado pelo TRE-PA, foi inicialmente barrado pelo TSE, mas foi beneficiado pela decisão do STF contrária à aplicação da Lei Ficha Limpa em 2010, o que pode repercutir no mandato de Marinor Brito (PSOL-PA).

A seguir apresenta-se a análise dos *blogs* e *sites* estudados.

Análise dos *blogs* e *sites* de candidatas/os ao Senado em 2010

Procedimentos metodológicos

Nesta parte da pesquisa priorizou-se o acompanhamento das candidaturas femininas com 5% ou mais de intenções de voto de acordo com o Ibope e Datafolha e das candidaturas masculinas mais votadas nos

¹² Seu processo de impugnação de registro de candidatura ainda tramita no TSE, no entanto ela não chegou a disputar a eleição.

Estados dessas mulheres, até a terceira colocação (veja Anexo A). Foram pesquisadas/os, portanto, candidatas/os de 12 Estados (AL, AM, BA, ES, GO, PA, PR, RN, RS, RO, RR e SP), num total de 37 aspirantes ao Senado. Os únicos Estados analisados com mais de uma candidata foram Rio Grande do Sul e Roraima.

Foram preenchidas planilhas com dados dos *blogs* e *sites* dos postulantes pesquisados, num total de 37 planilhas, sendo 23 homens e 14 mulheres. Os dados dessas planilhas foram então processados por estatístico da equipe de pesquisa e analisados pelo grupo encarregado do acompanhamento da participação das mulheres no processo eleitoral de 2010 para o Senado (Tabela 2).

Tabela 2
Blogs e sites analisados, por sexo das/os concorrentes ao Senado,
segundo Estados – 2010

Estados	Mulheres	Homens	Total
Alagoas	1	2	3
Amazonas	1	2	3
Bahia	1	2	3
Espírito Santo	1	2	3
Goiás	1	3	4
Pará	1	1	2
Paraná	1	3	4
Rio Grande do Norte	1	3	4
Rio Grande do Sul	2	1	3
Rondônia	1	1	2
Roraima	2	1	3
São Paulo	1	2	3
Total	14	23	37

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Os aspectos observados foram: desempenho dos Estados e regiões quanto a candidaturas e votação de mulheres aspirantes ao Senado; profissão; militância política; vínculo partidário; exercício de cargos públicos; eficácia ou não do capital político acumulado; votação e colocação das candidatas e candidatos pesquisados; alinhamento ou não com o governo federal; representação de grupos; e referências visuais presentes em fotos, vídeos e chamadas.

Análise dos resultados

Nestas eleições, disputaram vagas no Senado 29 mulheres, de 20 Estados, sendo que 18 pertencem a pequenos partidos de esquerda (PSOL, PCB, PSTU, PCO e PV), que geralmente não se coligam, nem entre si, e, portanto, têm chances bastante reduzidas de elegerem suas candidatas.¹³ Desses partidos, o único a conquistar uma representação feminina no Senado foi o PSOL.

Agrupando-se os Estados analisados por região, observa-se que três são do Nordeste (AL, BA, RN), quatro do Norte (AM, PA, RO e RR), dois do Sudeste (ES, SP), um do Centro-Oeste (GO) e dois do Sul (PR e RS). Ou seja, o Norte destaca-se por englobar mais Estados (4) com candidatas competitivas, enquanto no Centro-Oeste há apenas um. Chama a atenção o fato de as Regiões Norte e Nordeste registrarem o maior número de candidatas viáveis. O Rio Grande do Sul, no entanto, sobressai por ser o Estado que mais lançou candidatas ao Senado (4). Abigail Pereira, do PCdoB do RS, ficou na 4ª colocação em seu Estado, com 13,4% dos votos.

Cerca da metade das candidatas exerce profissão na área de educação (professoras e pedagogas), enquanto, entre os candidatos, apenas um é professor. Em seguida, vêm as profissionais da área de comunicação (jornalistas), que somam cerca de um quinto do total. Os homens, inversamente, são majoritariamente advogados e engenheiros. Esse quadro confirma a literatura que constata uma divisão sexual do trabalho, em que mulheres exercem profissões principalmente da área de educação, considerada feminina, enquanto os homens predominam no setor das ciências exatas e tecnológicas, tido como espaço masculino¹⁴ (Tabela 3).

Sobre suas vidas públicas, as candidatas ressaltam majoritariamente sua militância, enquanto menos da metade dos candidatos assinala esse aspecto. Inversamente, a maioria dos homens enfatiza sua participação em partidos, embora mais da metade das mulheres também o faça, como mostra a Tabela 4.

¹³ Segundo Araujo (2005), a participação desses partidos na disputa eleitoral tem como objetivo divulgar ideias, mais do que atingir um coeficiente eleitoral que permita sua presença nos espaços formais de poder.

¹⁴ Ver Bruschini e Lombardi (2007), Rago (1997) e Nicholson (2000), entre outras autoras.

Tabela 3
Candidatos/as ao Senado analisados/as, por sexo, segundo profissões
2010

Profissão	Mulheres	Homens	Total
Advogado(a)	1	7	8
Professor(a) e pedagogo(a)	7	1	8
Jornalista	3	2	5
Engenheiro	0	4	4
Parlamentar	0	2	2
Servidor/a público/a	1	2	2
Administrador	0	1	1
Economista	1	0	1
Empresário	0	1	1
Farmacêutica	1	0	1
Metalúrgico	0	1	1
Não informada	1	0	1
Procurador de justiça	0	1	1
Psicóloga e psicanalista	1	0	1
Tec. de telecomunicações	0	1	1

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Nota: Múltiplas respostas.

Tabela 4
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo aspectos da vida pública
2010

Aspectos da vida pública	Mulheres		Homens	
	Sim	Não	Sim	Não
Militância social	10	4	11	12
Vida partidária	8	6	19	4
Cargos públicos não eleitos	2	12	8	15
Cargos eleitos	10	4	23	0

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Nota: Múltiplas respostas.

A experiência em cargos públicos não eleitos é quase inexistente entre as mulheres e pouco expressiva entre os homens (cerca de um terço deles já participou de funções administrativas não eleitas). Mas no que se refere a cargos eleitos, a unanimidade dos homens e mais de dois terços das mulheres já exerceram mandatos, como ilustra a Tabela 4.

Enquanto mais da metade (14) dos 23 homens pesquisados disputa a reeleição, o número de mulheres é mínimo: três, do total de 14, ou seja,

cerca de um quinto. O número de candidatos que detêm cargo em outro nível do Poder Legislativo é o dobro daquele referente às candidatas na mesma condição. Praticamente todos os homens candidatos já tiveram outro cargo em outro nível do Poder Legislativo, enquanto menos de um terço das mulheres desfruta desse capital político acumulado (Tabela 5).

Tabela 5
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo capital político
2010

Capital político	Mulheres		Homens	
	Sim	Não	Sim	Não
Está concorrendo à reeleição	3	11	14	9
Tem cargo em outro nível do Poder Legislativo	7	7	15	8
Teve outro cargo em outro nível do Poder Legislativo	10	4	22	1

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Nota: Múltiplas respostas.

Somente uma mulher cumpriu mais de cinco mandatos (Wilma Faria, do PSB-RN), enquanto oito homens já possuem esse tempo de experiência na política institucional. Do total de candidatas/os, apenas mulheres não tinham experiência prévia na política formal (Gleisi, do PT-PR, Ana Amélia, do PP-RS, e Abigail Pereira, do PCdoB-RS), conforme pode ser observado na Tabela 6. Há candidatas que concorreram ao cargo de deputada federal, prefeita e vereadora, mas nenhuma a deputada estadual, embora tenha havido uma governadora que postulou ser eleita para o Senado, sem sucesso. A experiência das candidatas pesquisadas é maior na competição legislativa do que na executiva, principalmente nos altos cargos desse último Poder.

Tabela 6
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo número de mandatos cumpridos – 2010

Mandatos cumpridos	Mulheres	Homens	Total
1	2	3	5
2	1	0	1
3	2	3	5
4	3	6	9
5	2	3	5
Mais de 5	1	8	9
Nenhum	3	0	3
Total	14	23	37

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Os partidos aos quais as candidatas e candidatos analisados estão vinculados são: PMDB e PSDB (de centro); PCdoB, PSB, PSOL e PT (de esquerda). Há ainda PP, PR, DEM e PSDC (Tabela 7).

Tabela 7
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo partidos a que estão vinculados – 2010

Partidos	Mulheres	Homens	Total
PMDB	0	9	9
PT	4	3	7
PSDB	2	4	6
PCdoB	2	1	3
PP	1	2	3
DEM	0	2	2
PR	0	2	2
PSB	2	0	2
PSOL	2	0	2
PSDC	1	0	1
Total	14	23	37

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Com relação aos *blogs* e *sites* das candidaturas analisadas, o conteúdo principal, tanto para candidatos como para candidatas, é a notícia. Em segundo lugar estão as biografias e, em terceiro, o contato com o eleitor. A retórica utilizada, tanto por mulheres como por homens, é propositiva. A linguagem dos homens é majoritariamente didática, enquanto a das mulheres é principalmente informativa. O ideário apresentado é quase que totalmente ideológico. E a competência, universal.

As chamadas dos *blogs/sites* também dão prioridade absoluta à biografia da/o candidata/o e ao contato com o eleitor, vindo em seguida as notícias, a agenda e a música da campanha. Os discursos ocupam apenas 15,4% das chamadas, o que demonstra sua pouca importância para as campanhas.

Os concorrentes – na totalidade das mulheres e quase a totalidade de homens – colocam-se como representantes de grupos. Os jovens constituem o grupo que mais encontra defensores entre os postulantes ao Senado, seguidos pelas pessoas aposentadas, regiões geográficas específicas e determinadas categorias profissionais, conforme Tabela 8.

Tabela 8
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo grupos defendidos
2010

Grupos defendidos	Mulheres	Homens	Total
Jovens	12	12	24
Aposentadas/os	6	7	13
Região geográfica	6	7	13
De uma categoria profissional	8	4	12
Sindicato de trabalhadores	5	5	10
Movimento de mulheres e feminismo	10	0	10
Empresariado	5	5	10
Outros	3	7	10
Grupo de movimento étnico	3	5	8
Deficientes físicos	2	3	5
Igreja	0	2	2
Movimento LGBT	1	0	1

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Nota: Múltiplas respostas.

Ressalte-se que o movimento de mulheres e feministas é defendido por dez das 14 candidatas e por nenhum homem, demonstrando-se, assim, a importância da presença feminina para concretizar a agenda das mulheres e feministas no Senado. Sete candidatas registraram a participação política das mulheres como tema a ser trabalhado, enquanto nenhum homem comprometeu-se com essa questão. As três prioridades correspondem a educação, saúde e emprego. Mesmo assim, 11 das 14 mulheres estudadas assinalaram os direitos das mulheres, enquanto apenas dois, dos 23 homens, o fizeram.

No que diz respeito às referências visuais utilizadas, a identificação partidária é a mais comum, tanto para homens como mulheres concorrentes ao Senado, às vezes tendo a sigla no fundo como símbolo.

Os vídeos foram realizados em sua quase totalidade com a/o candidata/o no estúdio, na forma de entrevista com os postulantes, ou então a/o candidata/o na rua e entrevistas com populares. Como nas fotos, verifica-se um baixo registro de vídeos da/o candidata/o em reunião partidária. Ressalta-se que metade das/os candidatas/os aparece com políticos em disputa para o governo do Estado, o que provavelmente revela a associação entre candidaturas majoritárias.

Quanto às fotos, as que estão mais presentes nos *blogs* e *sites* são de candidatas/os ao Senado com candidatas/os ao governo estadual. Em segundo lugar estão as fotos com outras/os candidatas/os ao Senado e só

em terceiro lugar aparecem aquelas com o presidente Lula (Tabela 9). Um dos pontos a serem aprofundados, entre outros, é a relação de candidatas ao Senado com postulantes ao Executivo estadual, o que pode ser objeto de cruzamento de dados da pesquisa.

Tabela 9
Candidatas/os ao Senado analisadas/os, por sexo, segundo presença, em seus *blog/sites*, de fotos dos postulantes com outros sujeitos – 2010

Fotos dos postulantes com outros sujeitos	Mulheres	Homens	Total
Políticos em disputa para o governo	7	18	25
Senador/a	5	15	20
Presidente	5	9	14
Prefeita/o	4	7	11
Vereador/a	5	5	10
Outros	6	2	8
Liderança de associação	5	2	7
Parente político	2	4	6
Líder religiosa/o	1	3	4
Ex-política/o	1	3	4

Fonte: Consórcio Bertha Lutz – CBL.

Nota: Múltiplas respostas.

Reafirmando teorias e levantando novas questões

O estudo permitiu, por um lado, reforçar alguns conhecimentos já consolidados e, por outro, trazer novos elementos para o debate. A investigação, por exemplo, evidencia o que a literatura afirma sobre a influência do tamanho e ideologia dos partidos no lançamento de candidaturas femininas.

Partidos maiores, como o PMDB, aparentemente são mais avessos ao recrutamento de mulheres para a disputa de cargos, principalmente os mais altos, geralmente ocupados por seus “caciques”. É significativo o fato de esse partido não ter lançado nenhuma mulher ao Senado, em todo o Brasil.

Outro aspecto enfatizado pela literatura refere-se à questão ideológica dos partidos, em que aqueles de esquerda são os que mais lançam candidatas. Observou-se também a distribuição regional, com concentração nas regiões Nordeste e Centro-Oeste dos Estados que pouco têm favorecido a participação de mulheres na disputa eleitoral para o mais alto cargo Legislativo. Por outro lado, a reeleição é um capital político que favorece a pouca renovação do Senado, o que beneficia mais os homens que já se encontram no cargo ou que já tenham exercido vários mandatos do que

as mulheres, uma vez que estas estão ingressando mais recentemente na arena eleitoral senatorial.

Confrontando esses resultados com a análise dos *blogs*, verifica-se que mais da metade dos homens disputa a reeleição, enquanto o número de mulheres nessa situação é mínimo. Acrescente-se a isso o número de candidatos que detêm cargo em outro nível do Poder Legislativo, que é o dobro daquele referente às candidatas na mesma condição. Praticamente todos os candidatos homens tiveram outro cargo em outro nível do Poder Legislativo, contra menos de um terço das mulheres. Só uma mulher já cumpriu mais de cinco mandatos, no entanto, oito homens já possuem esse tempo de experiência na política institucional. Do total de candidatas/os, somente mulheres estavam disputando um cargo eletivo pela primeira vez, sem experiência prévia na política formal.

No entanto, um elemento novo é constatar que, quando a renovação do Senado é de um terço, o desempenho das mulheres enquanto candidatas é melhor do que nos períodos com renovação de dois terços, embora a participação feminina tenha evoluído a cada mandato. Esse fator interno ao sistema eleitoral deve ser levado em conta nas eleições para o Senado, a fim de melhorar o desempenho feminino.

Destaca-se, ainda, que a Lei da Ficha Limpa teve sérias consequências nas eleições do Senado: Marinor Brito, do PSOL-PA, por exemplo, talvez tenha seu mandato reduzido pela não aplicação da Lei em 2010. A implementação da Lei concretizará a luta da sociedade brasileira contra a corrupção e outros crimes eleitorais.

Outro aspecto a ser aprofundado é que a candidatura de duas mulheres à Presidência parece não ter incrementado o número de candidatas ao Senado e sua consequente eleição. O exemplo do “alto” talvez não atinja o funcionamento da máquina partidária nos Estados, embora a maior bancada de senadoras eleitas tenha sido do PT, com uma candidatura feminina ao Executivo federal.

Chama a atenção o fato de que os vídeos e as fotos que mais aparecem nos *blogs* e *sites* analisados são das/os candidatas/os ao Senado com políticas/os em disputa para o governo estadual, o que provavelmente revela a associação entre candidaturas majoritárias. Verifica-se, portanto, uma prioridade para a parceria entre as candidaturas estaduais majoritárias, o que demanda um aprofundamento do estudo, cruzando dados com candidatas/os ao governo.

Por fim, o discurso de concorrentes ao Senado os coloca como representantes de grupos. A maioria das candidatas defende os direi-

tos das mulheres, bem como o movimento de mulheres e feministas e a participação política das mulheres, enquanto nenhum homem comprometeu-se com essa questão. Esse posicionamento reforça a tese de Anne Phillips (2001) da validade de uma política de presença, e não só de ideias.

Referências

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 51, n. 4, 2008.

AMES, B.; PEREIRA, V. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARAUJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2005.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 32, p. 537-572, 2007.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, v. 20, p. 115-134, 2003.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, ano 8, 2º semestre 2000.

PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, 2º semestre 2001.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, F. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 42, n. 1, 1999.

Sites consultados

<www.congressoemfoco.uol.com.br>. Acesso em 24/04/2011.

<<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em 11/01/2011.

<<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em 11/01/2011.

<<http://www.stf.jus.br/>>. Acesso em 11/01/2011.

<<http://www.tse.gov.br/>>. Acesso em 11/01/2011

ANEXO A
Intenções de votos, quantidade de votos, participação no total e colocação das/os candidatas/os ao Senado – Brasil – 2010

Estado	Candidata/o	Partido	Coligação	Intenções de votos (%)	Quantidade de votos	Participação no total (%)	Colocação
Alagoas	Benedicto de Lira	PP	PSC / PPS / DEM / PSB / PSDB	35,0	904.345	35,94	1º lugar
	Renan	PMDB	PDT / PT / PMDB / PR / PRP / PC do B / PT do B	54,0	840.809	33,42	2º lugar
	Helôisa Helena	PSOL	Sem coligação	41,0	417.636	16,60	3º lugar
Amazonas	Eduardo Braga	PMDB	PRB / PP / PTB / PMDB / PTN / PSC / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PRP / PC do B	80,0	1.236.970	42,07	1º lugar
	Vanessa Graziotin	PC do B	PRB / PP / PTB / PMDB / PTN / PSC / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PRP / PCdoB	39,0	672.920	22,89	2º lugar
	Artur	PSDB	-PPS / PV / PSDB	34,0	644.340	21,91	3º lugar
Amapá	Randolph	PSOL	Sem coligação	28,0	203.259	38,94	1º lugar
	Gilvam Borges	PMDB	PTN / PSC / PPS / PV / PSDB	19,0	121.015	23	2º lugar
	Waidez	PDT	PRB / PP / PDT / PSL / PR / DEM / PHS / PC do B / PT do B	16,0	106.751	20,45	3º lugar
Bahia	Walter Pinheiro	PT	PRB / PP / PDT / PT / PSL / PHS / PSB / PCdoB	23,0	3.630.944	31,00	1º lugar
	Lidice	PSB	PRB / PP / PDT / PT / PSL / PHS / PSB / PC do B	24,0	3.385.300	28,90	2º lugar
	Cesar Borges	PR	PTB / PMDB / PTN / PSC / PR / PPS / PSDC / PRTB / PMN / PTC / PRP / PT do B	25,0	1.583.423	13,52	3º lugar
Ceará	Eunício	PMDB	PRB / PDT / PT / PMDB / PSC / PSB / PC do B	35,0	2.688.833	36,32	1º lugar
	Pimentel	PT	PRB / PDT / PT / PMDB / PSC / PSB / PC do B	31,0	2.397.851	32,39	2º lugar
	Tasso Jereissati	PSDB	DEM / PSDB	63,0	1.754.567	23,70	3º lugar

(continua)

(continuação)

Estado	Candidata/o	Partido	Coligação	Intenções de votos (%)	Quantidade de votos	Participação no total (%)	Colocação
Distrito Federal	Cristovam Buarque	PDT	PRB / PDT / PT / PTB / PMDB / PPS / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B	38,0	833.480	37,27	1º lugar
	Rollemberg	PSB	PRB / PDT / PT / PTB / PMDB / PPS / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B	30,0	738.575	33,03	2º lugar
	Alberto Fraga	DEM	PP / PSC / PR / DEM / PSDC / PRTB / PMN / PSDB / PT do B	12,0	511.517	22,87	3º lugar
Espírito Santo	Ricardo Ferrazo	PMDB	PRB / PP / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PV / PRP / PC do B / PT do B	52,0	1.557.409	44,55	1º lugar
	Magno Malta	PR	PRB / PP / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PV / PRP / PC do B / PT do B	59,0	1.285.177	36,76	2º lugar
	Rita Camata	PSDB	PTB / PPS / DEM / PMN / PSDB	24,0	375.510	10,74	3º lugar
Goiás	Demostenes Torres	DEM	PRB / PTB / PSL / PPS / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PSDB / PT do B	60,0	2.158.812	44,09	1º lugar
	Lúcia Vânia	PSDB	PRB / PTB / PSL / PPS / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PSDB / PT do B	47,0	1.496.559	30,56	2º lugar
	Pedro Wilson	PT	PT / PMDB / PC do B	19,0	878.910	17,95	3º lugar
Maranhão	Lobão	PMDB	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PRP / PT do B / PHS	42,0	1.702.085	32,74	1º lugar
	João Alberto	PMDB	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PRP / PT do B / PHS	33,0	1.546.298	29,74	2º lugar
	Zé Reinaldo	PSB	PPS / PSB / PC do B	16,0	727.602	13,99	3º lugar
Minas Gerais	Acácio Neves	PSDB	PP / PDT / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PSDC / PMN / PSB / PSDB	46,0	7.565.377	39,47	1º lugar
	Itamar Franco	PPS	PP / PDT / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PSDC / PMN / PSB / PSDB	26,0	5.125.455	26,74	2º lugar
	Pimentel	PT	PRB / PT / PMDB / PC do B	21,0	4.595.351	23,98	3º lugar

(continua)

(continuação)

Estado	Candidata/o	Partido	Coligação	Intenções de votos (%)	Quantidade de votos	Participação no total (%)	Colocação
Pará	Flexa Ribeiro	PSDB	PPS / DEM / PSDC / PR / PMN / PRP / PSDB	1,0	1.817.644	67,73	1º lugar
	Marinor Brito	PSOL	Sem coligação	1,0	727.583	27,11	2º lugar
	João Augusto	PSOL	Sem coligação	1,0	79.621	2,97	3º lugar
Paraná	Vitalzinho	PMDB	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PSC / PR / PHS / PMN / PC do B / PT do B	21,0	869.501	35,37	1º lugar
	Wilson Santiago	PMDB	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSL / PSC / PR / PHS / PMN / PC do B / PT do B	17,0	820.653	33,39	2º lugar
	Efraim Morais	DEM	PDT / PTN / PPS / DEM / PTC / PSB / PV / PRP / PSDB	22,0	692.451	28,17	3º lugar
Pernambuco	Amando Monteiro	PTB	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSL / PSC / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B / PT do B	32,0	3.142.930	39,87	1º lugar
	Humberto Costa	PT	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PSL / PSC / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B / PT do B	47,0	3.059.818	38,82	2º lugar
	Marco Maciel	DEM	PMDB / PPS / DEM / PMN / PSDB	34,0	934.720	11,86	3º lugar
Piauí	Wellington Dias	PT	PRB / PT / PMDB / PTN / PR / PSB / PRP / PC do B	59,0	997.513	32,52	1º lugar
	Ciro Nogueira	PP	PP / PDT / PTB / PRTB / PHS / PTC / PT do B	27,0	695.875	22,69	2º lugar
	Mão Santa	PSC	PSC / PPS / DEM / PSDB	30,0	433.690	14,14	3º lugar
Rio Grande do Norte	Garibaldi Alves Filho	PMDB	PMDB / PR / PV	60,0	1.042.272	35,03	1º lugar
	José Agripino	DEM	PSL / PTN / PSC / DEM / PMN / PSDB	51,0	958.891	32,23%	2º lugar
	<i>Vilma</i>	<i>PSB</i>	<i>PT / PTB / PPS / PSB</i>	<i>43,0</i>	<i>651.358</i>	<i>21,89%</i>	<i>3º lugar</i>
Rondônia	Valdir Raupp	PMDB	PDT / PMDB / PRTB / PC do B / DEM	47,0	481.420	34,29	1º lugar
	Ivo Cassol	PP	PP / PTB / PSL / PTN / PPS / PSDC / PHS / PMN / PV / PRP	52,0	454.087	32,34	2º lugar
	<i>Fátima Cleide</i>	<i>PT</i>	<i>PT / PSB</i>	<i>26,0</i>	<i>225.300</i>	<i>16,05</i>	<i>3º lugar</i>

(continua)

(continuação)

Estado	Candidata/o	Partido	Coligação	Intenções de votos (%)	Quantidade de votos	Participação no total (%)	Colocação
Rio Grande do Sul	Paím	PT	PT / PR / PSB / PC do B	28,0	3.895.822	33,83%	1º lugar
	Ana Amélia Lemos	PP	PRB / PP / PSL / PSC / PPS / PHS / PSDB / PT do B	32,0	3.401.241	29,54	2º lugar
	Rigotto	PMDB	PDT / PMDB / PTN / PSDC	28,0	2.445.881	21,24	3º lugar
Santa Catarina	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	PTB / PMDB / PSL / PSC / DEM / PTC / PRP / PSDB	31,0	1.784.019	28,44	1º lugar
	Paulo Bauer	PSDB	PTB / PMDB / PSL / PSC / DEM / PTC / PRP / PSDB	22,0	1.588.403	25,32	2º lugar
	Vignatti	PT	PRB / PT / PR / PSDC / PRTB / PHS / PSB / PC do B	18,0	1.219.700	19,44	3º lugar
	Eduardo Amorim	PSC	PRB / PDT / PT / PMDB / PSL / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B	38,0	625.959	33,65	1º lugar
Sergipe	Valadares	PSB	PRB / PDT / PT / PMDB / PSL / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B	41,0	476.549	25,62	2º lugar
	Albano Franco	PSDB	Sem coligação	35,0	340.259	18,29	3º lugar
São Paulo	Aloysio Nunes	PSDB	PMDB / PSC / PPS / DEM / PHS / PMN / PSDB	não mencionado na pesquisa	11.189.168	30,42	1º lugar
	Marta Suplicy	PT	PRB / PDT / PT / PTN / PR / PSDC / PRTB / PRP / PC do B / PT do B	32,0	8.314.027	22,61	2º lugar
	Netinho	PC do B	PRB / PDT / PT / PTN / PR / PSDC / PRTB / PRP / PC do B / PT do B	17,0	7.773.327	21,14	3º lugar
	João Ribeiro	PR	PRB / PTB / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PTC / PV / PSDB / PT do B	31,0	375.090	27,96	1º lugar
Tocantins	Marcelo Miranda	PMDB	PP / PDT / PT / PMDB / PSL / PPS / PSDC / PHS / PSB / PRP / PC do B	27,0	340.931	25,41	2º lugar
	Vicentinho	PR	PRB / PTB / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PTC / PV / PSDB / PT do B	23,0	332.295	24,77	3º lugar
	Alves						

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nota: Os nomes em negrito correspondem às candidatas eleitas e aqueles em itálico referem-se às não eleitas.

Os/as candidatos/as eleitos/as são aqueles/as que ficaram em 1º e 2º lugares.

ANEXO B
Senadores e senadoras em exercício, segundo partidos e Estados
Brasil – 2011

Partidos	Estados	Senadores/as	Período
DEM	MT	Jayme Campos	2007-2015
DEM	TO	Kátia Abreu	2007-2015
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	2007-2015
DEM	GO	Demóstenes Torres	2011-2019
DEM	RN	Jose Agripino	2011-2019
PCdoB	CE	Inácio Arruda	2007-2015
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	2011-2019
PDT	RO	Acir Gurgacz	2007-2015
PDT	BA	João Durval	2007-2015
PDT	DF	Cristovam Buarque	2011-2019
PDT	MT	Pedro Taques	2011-2019
PMDB	SC	Casildo Maldaner	2007-2015
PMDB	RN	Garibaldi Alves	2007-2015
PMDB	PE	Jarbas Vasconcelos	2007-2015
PMDB	AP	Jose Sarney	2007-2015
PMDB	RS	Pedro Simon	2007-2015
PMDB	AM	Eduardo Barga	2011-2019
PMDB	CE	Eunício Oliveira	2011-2019
PMDB	AP	Gilvam Borges	2011-2019
PMDB	MA	João Alberto Souza	2011-2019
PMDB	MA	Lobão Filho	2011-2019
PMDB	SC	Luiz Henrique	2011-2019
PMDB	AL	Renan Calheiros	2011-2019
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	2011-2019
PMDB	PR	Roberto Requião	2011-2019
PMDB	RR	Romero Jucá	2011-2019
PMDB	RO	Valdir Raupp	2011-2019
PMDB	PB	Vital do Rego	2011-2019
PMDB	MS	Waldemir Moka	2011-2019
PMDB	PB	Wilson Santiago	2011-2019
PMN	AC	Sérgio Petecão	2011-2019
PP	RJ	Francisco Dornelles	2007-2015
PP	RS	Ana Amelia	2011-2019
PP	AL	Benedito de Lira	2011-2019
PP	PI	Ciro Nogueira	2011-2019
PP	RO	Ivo Cassol	2011-2019
PPS	MG	Itamar Franco	2011-2019
PR	MG	Clésio Andrade	2007-2015
PR	MT	Blairo Maggi	2011-2019
PR	TO	João Ribeiro	2011-2019

(continua)

(continuação)

Partidos	Estados	Senadores/as	Período
PR	ES	Magno Malta	2011-2019
PR	TO	Vicentinho Alves	2011-2019
PRB	RJ	Marcelo Crivella	2011-2019
PSB	SE	Antonio Carlos Valadares	2011-2019
PSB	BA	Lídice da Mata	2011-2019
PSB	DF	Rodrigo Rollemberg	2011-2019
PSC	SE	Eduardo Amorim	2011-2019
PSDB	PR	Alvaro Dias	2007-2015
PSDB	PB	Cícero Lucena	2007-2015
PSDB	GO	Cyro Miranda	2007-2015
PSDB	PA	Mário Couto	2007-2015
PSDB	MS	Marisa Serrano	2007-2015
PSDB	MG	Aécio Neves	2011-2019
PSDB	SP	Aloysio Nunes Ferreira	2011-2019
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	2011-2019
PSDB	GO	Lúcia Vânia	2011-2019
PSDB	SC	Paulo Bauer	2011-2019
PSOL	PA	Marinor Brito	2011-2019
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	2011-2019
PT	ES	Ana Rita	2007-2015
PT	AC	Aníbal Diniz	2007-2015
PT	SP	Eduardo Suplicy	2007-2015
PT	AM	João Pedro	2007-2015
PT	RR	Angela Portela	2011-2019
PT	MS	Delcídio do Amaral	2011-2019
PT	PR	Gleisi Hoffmann	2011-2019
PT	PE	Humberto Costa	2011-2019
PT	AC	Jorge Viana	2011-2019
PT	CE	Jose Pimentel	2011-2019
PT	RJ	Lindbergh Farias	2011-2019
PT	SP	Marta Suplicy	2011-2019
PT	RS	Paulo Paim	2011-2019
PT	BA	Walter Pinheiro	2011-2019
PT	PI	Wellington Dias	2011-2019
PTB	MA	Epitácio Cafeteira	2007-2015
PTB	AL	Fernando Collor	2007-2015
PTB	DF	Gim Argello	2007-2015
PTB	PI	João Vicente Claudino	2007-2015
PTB	RR	Mozarildo Cavalcanti	2007-2015
PTB	PE	Armando Monteiro	2011-2019
PV	RN	Paulo Davim	2011-2019

Fonte: Senado Federal, em 24/02/2011.